



Atualizado em 26 de novembro, 2010 - 23:14 (Brasília) 01:14 GMT

Anistia Internacional condena violência no Rio

A Anistia Internacional emitiu comunicado nesta sexta-feira condenando o uso de violência nas operações policiais no Rio de Janeiro e pedindo que as autoridades brasileiras "ajam proporcionalmente e dentro da lei em sua resposta à onda de criminalidade".

O documento da ONG de defesa dos direitos humanos condenou as mais de 30 mortes ocorridas durante operações de combate ao tráfico, incluindo a de uma menina de 14 anos, atingida por uma bala perdida dentro de casa, na Vila Cruzeiro. E apontou que o conflito deixou 12 mil crianças sem aulas e impossibilitou milhares de moradores da zona Norte de irem para o trabalho.

"Essa violência é totalmente inaceitável, mas a resposta policial levou risco às comunidades. Autoridades precisam assegurar que a segurança e o bem-estar da população como um todo venham em primeiro lugar em qualquer operação em áreas residenciais", diz Patrick Wilcken, especialista da Anistia Internacional para o Brasil.

De acordo com a Anistia Internacional, a polícia fluminense já matou mais de 500 pessoas neste ano em chamados "atos de resistência".

"A atual onda de violência criminosa é sintomática de falhas mais amplas no sistema judiciário", disse Wilcken, segundo o comunicado. "Os ataques recentes são um chamado de alerta para as administrações federal e estadual."

A Anistia afirma que teme que as operações policiais no Complexo do Alemão "levem a mais derramamento de sangue". "Residentes estão confinados em suas casas, negócios foram fechados, e há relatos de tiros."

E afirma que uma megaoperação similar em 2007 no Alemão resultou em 19 mortes. "Apesar de alegações de execuções sumárias, os crimes não foram devidamente investigados. A operação não teve efeito positivo de longo prazo na comunidade, que continuou dominada pelo Comando Vermelho", prossegue o comunicado. "Fora as UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora), que reduziram significativamente a violência em algumas comunidades, o policiamento no Rio continua a depender de métodos repressivos."

Por fim, a ONG pede à presidente eleita Dilma Rousseff que "mantenha sua promessa de fazer a segurança pública uma prioridade" e insta as autoridades do Rio "a abandonar as abordagens repressivas de curto prazo, a focar reformas estruturais do sistema judiciário e a garantir segurança com policiamento com base na redução da violência e o respeito aos direitos humanos".

BBC © 2012